



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZOITO

Acta nº 3/2018

Aprovada em 29/06/2018

No dia vinte e nove de Junho de dois mil e dezoito teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a terceira sessão ordinária de 2018 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

Debate

Respostas do Presidente da Câmara;

2. Autorização para celebração dos Acordos de Execução de Delegação de Competências nas Freguesias/Uniões para 2018 a 2021;

3. Autorização para celebração do Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas relativa aos apoios à realização da “Feira Popular de Coimbra/Santa Clara 2018”;

4. Mapa de Pessoal de 2018 – Proposta de Alteração;

5. Águas de Coimbra, E.M.

- Relatório e Contas de 2017;
- Renovação do mandato do ROC;

6. Nomeação do ROC do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

7. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2017 do Município de Coimbra, nos termos da alínea l), do nº 2 do artº 25º, Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;

8. Autorização para abertura de concurso público para concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração do Complexo Desportivo integrado e Centro Olímpico de Ginástica;

9. Isenção do IMI e do IMT, ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, relativo aos prédios sítos na Rua do Cabido, nºs 19 e 21 e Travessa do Cabido, nºs 1 e 1-A da União das Freguesias de Coimbra;

10. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de Coimbra, apreciação e votação nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

11. SMTUC – Autorização para compromissos plurianuais – Aquisição de autocarros elétricos/POSEUR;

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Victor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, António Correia, Ângela Pinto Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro e Isabel Garcia.

Presidentes de Junta de Freguesia João Marques, Fernando Almeida, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Francisco Carvalho e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

Nuno Freitas, Paula Alves, Ana Patrício, João Parreira e Maria Manuela Oliveira.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, Carlos Rogério, José Simão e António Teodoro.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

Filomena Girão, José Albino, João Aldeia, Carlos Silva e Lúcia Ferraz.

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Maria Helena Mendes, Lúcia Santos e Pedro Filipe.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Clara Lourenço.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paulo Leitão, Paula Pêgo e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **Fernando Santos**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Fernando Almeida**;

Deputado municipal **Horácio Costa**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Francisco Moreira**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputado municipal **Francisco Rodeiro**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira**;

Deputado municipal **Rui Marques**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Manuela Oliveira**;

Deputado municipal **João Campos**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Carlos Pinto**;

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputada municipal **Maria dos Prazeres Francisco**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Lúcia Ferraz**.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Deputado municipal **Serafim Duarte**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Clara Lourenço**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 00:59 a 29:16 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por pedir desculpa pelo facto de a abertura dos trabalhos terem ultrapassado os tempos regimentais devido a problemas técnicos precários de som, declarando de imediato aberta formalmente a 3ª sessão ordinária de 2018, uma vez que havia quórum, submetendo a “*Ordem de Trabalhos*” à votação, a qual foi provada por unanimidade;
- Dirigiu-se à Deputada Municipal Helena Mendes endereçando-lhe um voto de pesar, em seu nome e, em nome da Assembleia Municipal, pelo falecimento do marido, *Carlos Jorge Santos Mendes*, que também tinha sido membro da Assembleia da UF da Santa Clara e Castelo Viegas.
- Propôs também uma homenagem ao *Dr. Santos Cardoso*, que tinha sido vereador na autarquia coimbricense, eleito pela CDU, tendo assumido funções a tempo inteiro no primeiro mandato de Manuel Machado como presidente, com o pelouro dos mercados, para além da administração do Hospital Pediátrico de Coimbra e, relativamente ao *Dr. António Arnaut*, destacou-o como um homem da liberdade, da justiça, da ética e da defesa da democracia, como um militante da Acção Socialista Portuguesa desde 1965, como cofundador do Partido Socialista, em 1973, tendo sido seu dirigente até 1983 e como Ministro do II Governo Constitucional, onde tinha tido a pasta dos Assuntos Sociais, tendo nessa qualidade lançado o Serviço Nacional de Saúde;
- Terminou propondo que no final das intervenções se fizesse um minuto de silêncio.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 02:16 a 07:24 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que relativamente às homenagens, o essencial já havia sido dito pelo Presidente da Assembleia Municipal, lembrando no entanto que, o *Dr. Santos Cardoso*, militante da CDU, tinha estado naquele sítio durante muito tempo e tinha sido um homem muito importante para as políticas municipais e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

quanto ao Dr. António Arnaut, disse que era um homem que ficaria na memória de todos e da cidade, por ser um político activo, sublinhando as palavras do Presidente da Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Hernani Caniço (PS): [\(áudio 07:50 a 11:36 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que António Arnaut era um expoente da liberdade e um arauto da democracia, um verdadeiro ser humano, tendo sido o responsável pela criação do Serviço Nacional de Saúde e que deixava um legado que protegia a população e melhorava a sua qualidade de vida;
- Terminou manifestando a vontade de pugnar pelo seu legado no âmbito da saúde e dos direitos humanos, enquanto património dos portugueses.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): [\(áudio 12:17 a 17:41 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Referindo-se ao Doutor António Arnaut, disse que se tinha perdido um homem com uma vida ímpar, com forte intervenção social, cultural e política, pautada pelo humanismo e pela solidariedade, ao serviço das grandes causas da humanidade, portanto, não poderia, nem deveria ser esquecido. A sua memória deveria ser perpetuada e o seu exemplo deveria ser seguido na forma interventiva com que lutara até ao fim, pelas causas em que acreditava, sem medos e sem rodeios.
- Registou o orgulho que todos deviam sentir por António Arnaut ser do nosso distrito, por amar Coimbra, por ser igual a si próprio, por ser uma referência além-fronteiras, como o criador do SNS - Serviço Nacional de Saúde, que tanto nos orgulhava tendo já sido considerado um dos melhores do mundo;
- Realçou também o seu contributo para a construção de um Portugal melhor e, entre os fundadores do Partido Socialista, o nome de António Arnaut ficaria em lugar de relevo na história da democracia portuguesa, a par de outros, como Mário Soares, Maria Barroso e Salgado Zenha, bem como a sua vasta e notável obra literária;
- Apelou à presença de todos, no dia 15 de Setembro, para que fosse cumprido o seu desejo de regar a “*Oliveira SNS*” situada no Parque Verde, plantada por ele, para que assim não se deixasse cair no esquecimento aquele símbolo de resistência, como ele desejava que fosse o SNS;
- Terminou declamando uma parte do poema: “*MASTRO NAVEGANTE*”, em forma de homenagem:
“*Sou um mastro sem barco// espírito sem corpo// não tenho terra nem mar// apenas o céu o sol o sonho// e a memória de batalhas antigas (...) //(...) e eis-me de novo a rasgar o tempo// a rasgar o véu, a rasgar o sonho// sou outra vez o mastro navegante// e levo comigo todos os sonhos do mar.*”

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 18:00 a 20:12 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por homenagear o Dr. Santos Cardoso, como homem, como político, como autarca e Vereador, Carlos Mendes, membro da Assembleia de Freguesia da Santa Clara e Castelo Viegas, Fernanda da Bernarda, advogada e dirigente estudantil na crise académica de 1969, destacada dirigente do movimento estudantil, secretária-geral da Direção-Geral da Associação Académica de Coimbra;
- Relativamente ao Dr. António Arnaut disse, que este lhe tinha deixado uma manuscrito que passou a ler, em forma de homenagem: “*todo o fruto é vontade da semente*”;
- Terminou, pedindo à Assembleia Municipal que se associasse àquele gesto.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 21:47 a 20:12 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Pediu aos deputados Municipais que a acta daquela reunião fosse aprovada em minuta e que a reunião fosse filmada pelos serviços técnicos, uma vez que não havia áudio;
- Informou que tinham dado entrada na Mesa várias “Moções” uma, sobre “*A igualdade de Género*”, que tinha sido retirada e adiada, a pedido do Grupo Político do CDS, outra, apresentada pelo Grupo Político “*Somos Coimbra*” sobre: “*A deslocalização do Estabelecimento Prisional de Coimbra*”, duas, apresentadas pelo Grupo Político da CDU, sobre: “*Maternidades de Coimbra*” e “*O encerramento de balcões da Caixa Geral de depósitos, em Coimbra*” e uma “Recomendação”, apresentada pelo Grupo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Municipal “Cidadãos por Coimbra”, sobre: “*Modalidades ou formas de apresentação dos relatórios da CPCJ*”

MOÇÃO

“Somos Coimbra”

PELA DESLOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE COIMBRA PARA FORA DA MALHA URBANA

O Relatório Sobre o Sistema Prisional e Tutelar, elaborado sob tutela do Ministério da Justiça e divulgado imediatamente após as eleições autárquicas de 01 de Outubro de 2017, evidenciou as deficiências e os riscos do Estabelecimento Prisional de Coimbra, devido à sua vetustez, à injustificada inserção na malha urbana e deficiente estado geral de conservação.

Este relatório propôs o encerramento de oito estabelecimentos prisionais, nomeadamente Lisboa, Caxias, Setúbal, Leiria e Viseu, e a construção de cinco novos estabelecimentos prisionais, nenhum dos quais no concelho de Coimbra.

Mais propôs ainda obras de requalificação no Estabelecimento Prisional de Coimbra, incluindo melhoria da segurança passiva, alargamento da sua lotação e criação de uma unidade feminina.

Mais se recorda que o edifício do Estabelecimento Prisional de Coimbra fora classificado como monumento de interesse público, pela Portaria n.º 224/2011, de 18 de janeiro.

Sublinha-se finalmente que se encontra reservado, desde os anos 90, um terreno sito no Concelho de Coimbra, para a construção de um novo Estabelecimento Prisional fora da malha urbana.

Assim,

A Assembleia Municipal de Coimbra recusa aceitar que Coimbra seja mais uma vez preterida e esquecida pelo Governo, agora também na construção dos novos Estabelecimentos Prisionais.

A Assembleia Municipal de Coimbra repudia as previstas obras de beneficiação e ampliação do Estabelecimento Prisional de Coimbra, na medida em que virão perpetuar a manutenção da sua localização actual, dentro da malha urbana da cidade, em local que deve ser rapidamente devolvido ao usufruto da própria cidade.

A Assembleia Municipal de Coimbra demanda ao Governo Central a construção de um novo Estabelecimento Prisional fora da malha urbana da cidade.

A Assembleia Municipal de Coimbra recomenda que o magnífico e imenso espaço ocupado actualmente pela Penitenciária seja devolvido à cidade, permitindo o seu aproveitamento para múltiplos e enriquecedores projectos, nomeadamente na área da Cultura, em particular visando a candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027, em benefício dos munícipes da cidade, do concelho e da região.

Em suma, os Deputados Municipais do Movimento Somos Coimbra consideram que a deslocalização da Penitenciária de Coimbra nos termos propostos constituirá um passo importante para a melhoria da qualidade de vida e da dinâmica da cidade, e, por tal, solicitam ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal a distribuição para apreciação e votação da presente Moção.

Moção

CDU

Maternidades de Coimbra

As maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto, com 107 e 55 anos, respetivamente, realizam cerca de 5 000 partos por ano. Estas instituições fazem parte da história da Cidade, da região de Coimbra e das suas populações, sendo reconhecidas a nível nacional pela excelência de cuidados que prestam nas áreas ginecológica, obstétrica e neonatal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

As maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto significam muitos anos de cuidados de saúde de elevada qualidade, marcados pela entrega total dos seus recursos técnicos e humanos, constituindo igualmente um espaço privilegiado de formação de profissionais qualificados.

O desinvestimento a nível de recursos financeiros, logísticos e humanos que vêm sofrendo estas instituições do Serviço Nacional de Saúde (SNS), está patente, de forma dramática, na degradação das instalações e dos equipamentos, na redução dos recursos humanos e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços prestados.

Assim, na Maternidade Bissaya Barreto foram encerrados serviços de apoio tais como a esterilização, a farmácia, o armazém e, mais recentemente, o serviço de ginecologia. Por seu lado, na Maternidade Daniel de Matos foram encerrados a cozinha e o serviço de esterilização. Os serviços em causa foram transferidos para os HUC, comportando graves prejuízos a nível da capacidade de resposta e de adequação às necessidades, evidenciando total dissonância entre as intenções projetadas e a concretização.

Os anúncios da fusão/extinção das maternidades de Coimbra não podem deixar-nos indiferentes:

- perante os inevitáveis prejuízos que, de um tal processo, advêm para a população;*
- perante estratégias de fusão/extinção de instituições de saúde a nível nacional que apenas têm beneficiado os interesses das entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde, em prejuízo do Serviço Nacional de Saúde (SNS).*

O projeto, amplamente divulgado, de instalação de uma nova Maternidade dentro do perímetro dos hiperconcentrados e sobrepovoados HUC é uma solução inaceitável. Com efeito:

- a centralização de valências no território hospitalar do polo HUC é já hoje considerada excessiva;*
- a instalação de uma maternidade num edifício povoado por bactérias multirresistentes, seria suscetível de colocar em risco grávidas, puérperas e recém-nascidos;*
- a instalação de uma maternidade nos HUC não acautelaria a colocação, em condições de proximidade, dos serviços de ginecologia e de medicina de reprodução humana (com efeito, o projeto de instalação da Maternidade prevê que aqueles serviços permaneçam, respetivamente, no 9º piso dos HUC e no edifício São Jerónimo);*
- uma tal solução acrescentaria congestionamento automóvel à já caótica situação vivida nas artérias de acesso rodoviário aos HUC e nos espaços de estacionamento.*

Pelo contrário, a construção de instalações modernas destinadas a substituir as Maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto, devidamente equipadas para garantir a prestação de serviços de qualidade a parturientes e recém-nascidos, é exequível e revela visão de futuro.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em 29 de junho de 2018, reclama do governo uma resposta adequada do Serviço Nacional de Saúde para solucionar a questão das maternidades de Coimbra, preconizando:

- 1. A execução urgente de obras de restauro e beneficiação das instalações das Maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto; a aquisição de equipamento moderno para apoio ao serviço prestado; a contratação imediata de recursos humanos, indispensável ao reforço e rejuvenescimento das equipas multidisciplinares, essencial à manutenção do serviço de excelência prestado nas áreas ginecológica, obstétrica e neonatal, até que se conclua a construção de raiz de novas instalações.*
- 2. A construção de uma nova maternidade nos terrenos anexos ao Hospital Geral dos Covões, no qual sejam reinstalados os serviços médicos próprios de um hospital central;*
- 3. A opção por soluções construtivas que contrariem os critérios que guiaram a fusão dos hospitais de Coimbra, orientada por um modelo de gestão contrário ao estabelecimento de soluções do tipo Parcerias Público-Privadas (PPP).*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Moção

CDU

Contra o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos em Coimbra

O plano de encerramento de agências da Caixa Geral de Depósitos (CGD), em curso, tem vindo a suscitar, por todo o país, o mais vivo repúdio.

A existência de uma instituição bancária pública justifica-se pelo cumprimento de um papel que não é, nem pode ser, exclusivamente, a obtenção de lucro. É missão da CDG contribuir ativamente para o desenvolvimento do país, nomeadamente, no plano do apoio ao aparelho produtivo e comercial, mas também no apoio a sectores da população — com destaque para a população idosa - para os quais os balcões da CGD assumem assinalável importância social, ali depositando as suas poupanças, levantando as reformas, realizando operações diversas em condições de proximidade ao seu domicílio e/ou local de trabalho.

O encerramento do balcão da Baixa de Coimbra significa mais um passo no caminho da desertificação de uma zona da Cidade muito castigada por décadas de desprogramação urbana.

O encerramento do balcão da Baixa significará, inevitavelmente, a sobrecarga da Agência 8 de Maio, para além de privar comerciantes de um balcão que deveria ser responsabilizado pelo fomento do comércio tradicional. Pelo contrário, o encerramento em causa acentuando a vulnerabilidade do tecido económico local em face do assédio das grandes superfícies comerciais.

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão de 29 de junho de 2018, repudia o encerramento de dois balcões da Caixa Geral de Depósitos em Coimbra, exigindo da Câmara Municipal de Coimbra e do Governo da República a mobilização de esforços que travem estes encerramentos e promovam a confiança, a competitividade e o foco na economia da Caixa Geral de Depósitos, enquanto banco público, ao serviço das empresas e dos munícipes.

Recomendação

“Cidadãos por Coimbra”

Reconhecendo o valioso e difícil trabalho das CPCJ, com problemas e desafios do tamanho das maiores e mais amplas carências sociais reais que não cabem em qualquer discurso, deve a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal valorizar e apoiar o seu trabalho, não se limitando à indicação dos seus representantes ou à cedência dos recursos mínimos para o seu funcionamento regular.

Anualmente, e por força da lei, a CPCJ elabora o seu Relatório Anual de Atividades que envia à Assembleia Municipal, uma das três entidades obrigadas a fazer o acompanhamento do seu trabalho, fazendo-o chegar também à Câmara Municipal, documento este que merecia ser mais considerado pelo contributo que certamente dará a um diagnóstico mais preciso da realidade social, na sua franja mais vulnerável, que são as crianças e jovens. Ora, o de 2017 não chegou a este Plenário.

Entretanto, a CPCJ de Coimbra, com forte impulso dos 4 representantes designados por esta Assembleia, querendo agarrar com responsabilidade uma das suas competências, definidas nas alíneas d) e e) do artigo 18º da Lei nº 142/2015 de 8 de setembro, propõe-se dinamizar um projeto de mobilização e sensibilização dos jovens e das escolas do Concelho, assente numa dinâmica de participação cívica, para a problemática da violência no namoro, sabendo todos tratar-se de uma prática que persiste e que deve preocupar-nos.

Esta iniciativa passará antes de tudo pelo apoio institucional desta Assembleia e da Câmara, na divulgação, com vista à maior visibilidade pública, mas também na disponibilização dos recursos necessários a esta divulgação e à cedência deste salão nobre para a realização da atividade final, no 2º período do próximo ano letivo, que se configurará como uma Assembleia Municipal de Jovens, num total de 60, selecionados entre os alunos do 9ºano e do 10º ano.

Todo o processo de regulamentação e articulação com as escolas ficará por conta da CPCJ.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A pertinência desta iniciativa parte da importância do tema proposto à discussão, mas passa também por uma maior ligação dos órgãos autárquicos às escolas, contribuindo para dar um sentido educativo explícito e objetivo à educação para a cidadania, além de servir perfeitamente o desígnio que consideramos fundamental de promover a participação dos cidadãos e a sua implicação política no interesse comum.

Assim, recomenda-se:

- 1. Que os Relatórios da CPCJ sejam devidamente divulgados entre todos os deputados municipais.*
- 2. Que a sua apresentação seja feita de forma mais próxima, designadamente por representantes seus, no âmbito da Comissão Permanente de Desenvolvimento Humano e Social.*
- 3. Que esta Assembleia aprove o apoio a esta iniciativa da Assembleia Municipal de Jovens, com o tema de debate “Namoro sem violência”.*
- 4. Que a Assembleia solicite o mesmo apoio à Câmara Municipal, nos termos acima referidos.*

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do deputado municipal António Coelho (CDU): [\(áudio 24:47 a 28:23 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Cernache, tinha 6 preocupantes questões que afectavam os moradores daquela freguesia e que gostaria de obter uma resposta do Presidente da Câmara, nomeadamente: o mau estado do piso em várias vias da freguesia, destacando, Estrada que ligava Cernache, ao lugar de Vila Pouca e, Estrada que ligava Ponte de Sor – Orelhudo, a Eira Pedrinha, do Concelho de Condeixa, sendo que esta situação, era ainda agravada pelas diversas obras realizadas por empresas operadoras, que faziam reposições quase sempre de forma deficitária e que não tinham tido a fiscalização necessária por parte da entidade responsável, que era a Câmara Municipal;
- Mais disse que, também a limpeza na sua Freguesia era insuficiente, se não fosse acompanhada dos respetivos meios materiais e humanos;
- Continuava à espera de resposta aos vários pedidos de cedência, através de contrato de comodato, das escolas desativadas de Vila Pouca e Loureiro, que se encontram em avançado estado de degradação, não servindo, nem a Câmara, nem a população da Freguesia;
- Gostaria de dever incluído nos planos dos Serviços Municipalizados Urbanos de Coimbra, o alargamento das carreiras à freguesia de Cernache;
- O encerramento para obras da Escola EBI de Casconha, desde o final do ano letivo anterior, sem que até ao momento se constatasse qualquer movimentação nesse sentido, era também uma preocupação;
- Informou ainda que o entupimento de um coletor de águas pluviais na Rua da Cancelinha, Feteira, estava a criar graves constrangimentos a quem ali vivia, especialmente quando chovia, e que a Junta e os moradores por diversas vezes alertaram a Câmara Municipal e as Águas de Coimbra, mas apenas lhes tinham apresentado um projeto para a construção do referido colector, mas sem disponibilidade para o executar, culpando assim a fiscalização da Câmara Municipal que tinha atribuído a licença de utilização, sem exigir a reposição do referido coletor;
- Terminou pedindo que todas aquelas questões fossem respondidas pelo Presidente da Câmara Municipal.

Intervenção do deputado municipal Carlos Silva (SC): [\(áudio 29:12 a 32:30 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Leu a Moção apresentada à Mesa pelo seu Grupo Político sobre a “*Deslocalização do estabelecimento prisional de Coimbra para fora da malha urbana*”.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 32:59 a 38:02 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Leu as Moções apresentadas à Mesa pelo seu Grupo Político sobre: “*Contra o encerramento de balcões da Caixa Geral de Depósitos em Coimbra*” e “*Maternidades de Coimbra*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 38:27 a 42:03 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que a Recomendação apresentada à Mesa pelo seu Grupo Político, vinha na sequência de uma proposta da CPCJ sobre: *“Relatórios da CPCJ”* e *“Namoro sem violência”*, que leu de imediato.

Intervenção da deputada municipal Isabel Vargues (PS): [\(áudio 42:49 a 50:19 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por fazer uma saudação especial em 2018 e um desafio ao futuro para 2027 e um resumo de “Coimbra e os cinco anos da sua classificação como *“Património da Unesco”* (2013-2018)
- Disse que em 2013, a Universidade de Coimbra tinha sido classificada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Património Mundial da Humanidade, tornando-se no 16.º local com esta classificação, em Portugal, em 2014 *“World Monuments Watch”* Biblioteca Joanina da UC, o Museu Machado de Castro com o *“Prémio Melhor Museu Português 2013-2014”* o *“Prémio IHRU 2013 - Reabilitação da Alta de Coimbra.”*, assim como o reconhecimento da Universidade em 2013 como o ícone de uma *cultura* e de uma língua que é portuguesa e que a Cidade não se podia alhear;
- Acentuou que o encontro e reconhecimento mútuo entre as instituições era o resultado de um diálogo e colaboração efetiva com a Câmara de Coimbra, que importava, tal como a Liberdade e a Democracia, ser alimentada diariamente bem como o reconhecimento do papel da UNESCO na valorização da cultura e do património.
- Informou ainda que em Junho de 2018 tinha sido inaugurado o memorial “Universidade de Coimbra, Alta” e nessa cerimónia tinha sido acentuado “um balanço positivo destes cinco anos de classificação, sendo que, aquela classificação, tinha o condão, perante os grandes públicos internacionais, de afirmar Coimbra, como uma cidade central para a ciência e para a cultura europeias;
- Quanto à candidatura de “Coimbra a Capital Europeia da Cultura (2018-2027)”, constituía um desafio ao maior evento cultural da Europa, criado pela Comissão Europeia, recordando que, entre as 58 cidades que já tinham acolhido o evento, se encontravam Atenas, Florença, Amesterdão, Berlim, Paris, Glasgow, Dublin, Madrid, Copenhaga, Estocolmo, Bruxelas, Praga, Istambul, Liverpool, Marselha e, ainda, Lisboa que tinha sido “Capital Europeia da Cultura” em 1994, o Porto, em 2001 e, Guimarães, em 2012 e, como tinha sido sublinhado no CSF no dia 5 de junho de 2018, pelo Presidente da Câmara, Manuel Machado, aquando da apresentação da candidatura de Coimbra e de um grupo de trabalho pluridisciplinar *“deve ter uma dimensão agregadora regional, uma vez que um projeto alargado e sustentado desta natureza beneficiará todo o território da região e o país, ao mesmo tempo que sairá valorizado pela ampliação da sua escala e pela junção dos inúmeros atrativos dos municípios vizinhos”* e também por Luís de Matos, coordenador da equipa responsável pela candidatura, referindo que seriam feitas consultas públicas *“à procura de ideias”* junto das instituições culturais da cidade e da região, defendendo que, naquele momento o fundamental era *“criar união”* em torno da candidatura, que deveria estar concluída, em 2019 e que, *“só chegaremos com o entusiasmo de todos, sem agendas de província ou a arrogância de quem tudo sabe. A “Capital Europeia da Cultura 2027” será o resultado de todos nós, o reflexo de sonhos e inquietudes que a todos já ocorreram. Este é o momento de passar à prática e vencer”*.

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS): [\(áudio 50:42 a 53:36 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal e a todos os presentes a sensibilidade pelo seu pesar;
- Saudou o projecto do Movimento Mais Saúde pela reconversão do Hospital do Lorvão numa unidade de cuidados paliativos, cuidados dos quais havia uma carência enorme;
- Informou que se precisava de criar em Coimbra uma rede bem estruturada de cuidados paliativos que, para além das necessárias camas, proporcionasse, sobretudo, apoio domiciliário, equipas multidisciplinares que incluíssem médicos com formação específica, enfermeiros que pudessem, em situações terminais, acompanhar o doente e orientar o seu cuidador, em permanência, eram precisos apoios psicólogos e equipamentos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou deixando o desafio para que se pudessem unir todos, para que, em conjunto, conseguissem garantir e assegurar a dignidade dos doentes em fim de vida.

Defesa da honra do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 53:58 a 56:20 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que no na última Assembleia Municipal se tinha assumido de forma jocosa que era “*fascista de esquerda*” e, dirigindo-se ao Deputado Municipal Manuel Rocha afirmou que o queria dizer era mesmo isso, mas que era um homem solidário e de partilhas.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 56:38 a 58:18 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou o Deputado Municipal José Simão que o que estava em causa, aquando da sua afirmação, era o regime que tinha sido conquistado com o 25 de Abril, a liberdade e os valores universais que permitiam que na Assembleia Municipal fossem feitas aquelas declarações.

Intervenção do deputado municipal António Correia (PS): [\(áudio 58:54 da 1ª gravação a 01:17 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por aplaudir o arranque das obras do IP3, por ser uma das estradas mais movimentadas e importantes do país, esperando, que as referidas obras estivessem concluídas dentro do prazo estabelecimento;
- Disse que sabia que muitos consideravam que a abertura daquele concurso, apresentado pelo Governo, era vista como uma propaganda barata, mas, apesar de não ser a ideal, era uma boa solução, porque Coimbra e a região, precisava de soluções que promovessem a captação de investimento e a localização de novas empresas;
- Terminou afirmando, que Coimbra precisava de mais investimentos como aquele de modo a torná-la mais aberta ao mundo e por isso, deveria merecer o reconhecimento de todos.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 01:49 a 03:39 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que o CDS se congratulava com a notícia do passado dia 19 de Junho, aquando da realização, no Convento de São Francisco, da primeira edição de uma conferência internacional tecnológica, a “JNation”, mas assinalavam com algum desagrado a não representação por nenhum membro do Executivo para o qual teria sido convidada a Câmara Municipal de Coimbra;
- Terminou dizendo que Coimbra não tratava bem quem demonstrava querer investir na cidade e o que é que se poderia fazer para que aqueles, que nem sequer sonhavam que Coimbra existia, passassem a olhar para ela.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 04:02 a 16:48 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que passados 9 meses do início de mandato autárquico, seria uma boa altura para criar um ímpeto novo para a cidade, que eram os resultados de um apoio político do Partido Socialista e do CDU, não só em Coimbra, mas também, a nível nacional. Portanto, entendia que era chegada a altura de se ver, por exemplo os projectos de: Aeroporto de Coimbra; Metro de Superfície; nova Maternidade de Coimbra; IP3, por serem projectos de grande envergadura e de expansão para Coimbra e qual era a eficácia de Coimbra a nível regional e a nível nacional;
- Afirmou que apoiavam a Moção apresenta pelo Grupo Municipal “*Somos Coimbra*” sobre: “*Deslocalização do estabelecimento prisional de Coimbra para fora da malha urbana*”, porque era estratégica para Coimbra, mas não concordavam com a proposta do pedido de demissão do Presidente da Câmara;
- Terminou congratulando todos os Grupos Políticos que tinham apresentado propostas na Assembleia Municipal, pedindo, no entanto, mais atenção na fiscalização da eficácia do desempenho do Município de Coimbra.

Intervenção da deputada municipal Filipa Malva (CDU): [\(áudio 17:30 a 18:50 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Deixou uma saudação sobre a decisão do Conselho Geral da Universidade de Coimbra da não adesão ao “*Processo de Privatização do Ensino Superior Público*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS): [\(áudio 20:06 a 21:12 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Entendia que o desporto tinha uma grande importância na qualidade de vida da população, mas para isso, era necessário investir em infraestruturas próprias para permitir à população usufruir de um estilo de vida saudável, destacando a sinergia da iniciativa da Câmara Municipal/Universidade/Associação Académica de Coimbra na organização dos USA Games -Jogos Europeus Universitário, uma iniciativa desportiva com mais atletas, realizada pela primeira vez em Portugal.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 22:19 a 27:20 minutos – 2ª gravação\)](#) [\(audição impercetível\)](#)

- Começou por dizer que as notícias dos últimos dias vinham confirmar aquilo que já tinham dito, ou seja, era preciso reformar, era preciso alterar, era preciso mudar o sistema democrático de maneira que tudo não ficasse na mesma;
- Mais disse que em matéria de burocracia e de corrupção deveria
- A democracia era o melhor sistema que havia para refrear o populismo e, na Assembleia

Intervenção da deputada municipal Clara Lourenço (CpC): [\(áudio 28:41 a 33:22 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que o recente anúncio da constituição da equipa que ia preparar a candidatura de Coimbra a “*Capital Europeia da Cultura de 2027*”, era motivo de regozijo, visto corresponder ao anseio das forças vivas do município e da região, mas levantava algumas reclamações e preocupações, que se prendiam com o processo do qual tinha resultado na escolha das pessoas que integravam a referida equipa e a falta de apetências completas, ao invés da participação e acompanhamento, por parte da autarquia, assumindo a sua responsabilidade de liderança do processo, conforme lhe competia;
- Disse, que os preocupava questão da coesão da equipa e a representação da disparidade da igualdade de género;
- Citou que de acordo com as palavras do Presidente da Câmara: “*esta equipa, não será uma candidatura pessoal ou individual, não poderá nunca, ceder a rixas, nem poderá ser nunca, uma candidatura dentro de uma lista populista. É uma candidatura que terá no mínimo de reunir toda a cidade em consenso. É uma candidatura para valorizar Coimbra e o país*”;
- Terminou dizendo que estavam de acordo com aquelas afirmações, mas questionou como se podia acreditar naquelas palavras, sem ter havido uma reunião prévia, sem ter havido um debate público e pelo desprezo pelos agentes culturais, lembrando, que na Assembleia Municipal de 23/06/2017, tinha sido aprovada a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Candidatura, que pelas suas funções eram muito abrangentes.

Intervenção do deputado municipal Carlos Pinto (PSD): [\(áudio 34:026 a 35:59 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que relativamente à Moção sobre: “*O encerramento de balcões da Caixa Geral de depósitos, em Coimbra*” a União de Freguesias de Coimbra tinha deliberado, por unanimidade, em Assembleia de Freguesia, fechar todas as suas contas da CGD, portanto, iriam votar favoravelmente a Moção apresentada pela CDU.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 36:38 a .42:12 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas informando-o que em relação às afirmações que tinha feito à Moção apresentada pela CDU sobre “*Maternidades de Coimbra*”, informando-o que aquele assunto já tinha sido debatido anteriormente pela Assembleia Municipal, entendia que era possível e necessário, considerar que o Hospital dos Covões deveria ser um Hospital Central;
- Quanto à Moção apresentada pelo grupo Municipal “*Somos Coimbra*” sobre: “*A deslocalização do Estabelecimento Prisional de Coimbra*”, disse que também era necessário discutir aquele assunto, até porque, em 2016, naquela mesma Assembleia Municipal, tinha sido lançado um debate público sobre as condições necessárias para deslocalização do Estabelecimento Prisional, para os Campos do Bolão, porque entendia que os prisioneiros tinham direito a ser tratados como pessoas;
- Terminou afirmando que era necessário encontrar uma solução global para solucionar aquelas questões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 43:06 a 45:20 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Relativamente à Moção sobre: “*A deslocalização do Estabelecimento Prisional de Coimbra*”, disse que a consideravam importante, mas era preciso pensar e resolver aquela situação, mas não daquela maneira, porque a moção em si, tinha uma visão estigmatizante e por isso, repudiavam totalmente. Mais disse, que a cidade não deveria expurgar-se da sua prisão para qualquer periferia e o seu edifício deveria ser adaptado a outras funções sem por em causa as suas valências arquitetónicas, e, daquela forma, evitar qualquer tipo de aproveitamento pelas imobiliárias;
- Terminou propondo que o edifício fosse preservado e valorizado como património de memória, que a função de prisão, fosse requalificada de modo a proporcionar dignidade a todos os trabalhadores e utentes, e que apenas fosse deslocalizado a prisão de alta segurança, mantendo-se, no entanto, todas as outras valências.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 46:26 a 49:52 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Pinto Ângelo informando-o que relativamente à Moção apresentada pelo seu Grupo Político sobre “*A deslocalização do Estabelecimento Prisional de Coimbra*”, a Câmara Municipal já tinha assinado o protocolo da Mata de S. Pedro, para a localização do Estabelecimento Prisional e, as obras de reabilitação do mesmo, já tinham sido aprovadas de modo a criar melhores condições para os seus utentes;
- Quanto à Moção apresentada pela CDU, sobre: “*O encerramento de balcões da Caixa Geral de depósitos, em Coimbra*”, entendia que deveriam ser comedidos e não deveriam prejudicar as negociações, portanto, iriam abster-se naquela votação;
- Relativamente à Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal “*Cidadãos por Coimbra*”, sobre: “*Modalidades ou formas de apresentação dos relatórios da CPCJ*”, entendia, que dadas as questões nela colocadas e de acordo com o RGPD, a mesma deveria baixar à Comissão de Assuntos Jurídicos para parecer.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 50: a 52:00 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que a decisão da Maternidade era uma decisão técnica e não política e que a sua localização, essa sim, era uma decisão política, condicionada por uma decisão técnica;
- Mais disse que a Moção apresentada pela CDU, merecia o voto favorável do Partido Socialista, apesar de considerar que o Governo estava a apostar paulatinamente nos investimentos relacionados da saúde.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 53:59 a 54:24 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Propôs de imediato a votação da Moção apresentada pelo Grupo Político da CDU, sobre as “*Maternidades*” apelando para que fosse retirado da mesma a expressão ...” *num edifício povoado por bactérias multirresistentes*”, para não ferir susceptibilidades.

Deliberação/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sobre proposta do Grupo Político da CDU deliberou por *maioria*, com 31 votos a favor e 18 votos contra aprovar, que fosse reclamado ao governo uma resposta adequada do Serviço Nacional de Saúde para solucionar a questão das “*Maternidades de Coimbra*”, preconizando:

1. *A execução urgente de obras de restauro e beneficiação das instalações das Maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto; a aquisição de equipamento moderno para apoio ao serviço prestado; a contratação imediata de recursos humanos, indispensável ao reforço e rejuvenescimento das equipas multidisciplinares, essencial à manutenção do serviço de excelência prestado nas áreas ginecológica, obstétrica e neonatal, até que se conclua a construção de raiz de novas instalações.*
2. *A construção de uma nova maternidade nos terrenos anexos ao Hospital Geral dos Covões, no qual sejam reinstalados os serviços médicos próprios de um hospital central;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

3. *A opção por soluções construtivas que contrariem os critérios que guiaram a fusão dos hospitais de Coimbra, orientada por um modelo de gestão contrário ao estabelecimento de soluções do tipo Parcerias Público-Privadas (PPP).*

Deliberação/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sobre proposta do Grupo Político “Somos Coimbra” deliberou por *maioria*, com 42 votos a favor e 7 votos contra *aprovar* a “*Deslocalização do estabelecimento prisional de Coimbra para fora da malha urbana*”.

Deliberação/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sobre proposta do Grupo Político da CDU deliberou por *maioria*, com 15 votos a favor, 2 votos contra e 37 abstenções, *aprovar* o repúdio do “*encerramento de dois balcões da Caixa Geral de Depósitos em Coimbra*”, exigindo da Câmara Municipal de Coimbra e do Governo da República a mobilização de esforços que travem estes encerramentos e promovam a confiança, a competitividade e o foco na economia da Caixa Geral de Depósitos, enquanto banco público, ao serviço das empresas e dos munícipes.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 58:17 da 2ª gravação a 01:13 minutos da 3ª gravação\)](#)

- Dado à especificidade do assunto contido na recomendação apresentada pelo Grupo Político do CpC sobre o reconhecimento do trabalho da “CPCJ”, pediu aos autores e após a intervenção do deputado Municipal Ferreira da Silva, e de modo a não criar nenhum conflito formal com aquela instituição e afastasse todos os receios e desconfiança naquela matéria, que a mesma baixasse, à Comissão de Assuntos Jurídicos e se fizesse um debate sobre a “*Violência no Namoro*” promovida pela Comissão de Desenvolvimento Humano e Social, por entender que esta questão merecia prudência.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 01:21 a 03:17 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que relativamente aos relatórios da CPCJ não traziam qualquer problema para as pessoas, em termos do RGD entendendo que os mesmos deveriam ser devidamente divulgados entre todos os deputados municipais e que a sua apresentação fosse feita de forma mais próxima, designadamente por representantes seus, no âmbito da Comissão Permanente de Desenvolvimento Humano e Social;
- Entendia que a Assembleia Municipal deveria aprovar o apoio à iniciativa da Assembleia Municipal de Jovens, com o tema de debate “*Namoro sem violência*”, uma vez que estes conterem dados muito importantes que trariam muitos benefícios para a CPCJ e, conseqüentemente, para a cidade e para o concelho.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 03:19 a 02:04 minutos da 3ª gravação\)](#)

- Informou que compreendia as razões da deputada municipal Graça Simões, que sabia o que estava a dizer e que não era contra a iniciativa, mas sim contra ao modelo/formato da iniciativa e, do seu instinto da precaução. Com era jurista e defensor dos direitos da personalidade, achava que aquele modelo “*publicístico*” de afirmar uma realidade podia ser um modelo de risco, mas não queria que se perdesse aquela iniciativa;
- Perguntou à autora da Recomendação se aceitava ou não a sua sugestão (baixar à Comissão de Assuntos Jurídicos e à Comissão de Desenvolvimento Humano e Social) e, se assim não fosse, passar-se-ia à votação.
- Havendo um consenso unânime propôs que a Recomendação baixasse à Comissão de Assuntos Jurídicos para parecer sobre o “*Namoro sem Violência*” e à Comissão de Desenvolvimento Humano e Social, sobre: “*Modalidades ou formas de apresentação dos relatório da CPCJ*”

Deliberação/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sobre proposta do Grupo Político da CpC deliberou por *unanimidade*, aprovar que a Recomendação sobre a “*CPCJ*” baixasse à *Comissão de Desenvolvimento Humano e Social* e à *Comissão de Assuntos Jurídicos*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 05:29 a 10:53 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Relativamente á posição tomada pelo seu grupo político sobre a Moção das Maternidade no Hospital Geral dos Covões, salientou que discordavam da fusão do Centro Hospital de Coimbra, por isso deveria ter um fim, porque não existia em lado nenhum de Portugal nem no estrangeiros dois centros hospitalares, aconselhando o Partido Socialista a desistir daquela questão;
- Quanto às Maternidades de Coimbra presumia que o que se queria era manter as duas maternidades, ou seja a Maternidade Daniel de matos, renovada e a Maternidade Bissaya Barreto renovada, porque havia dinheiro para aquilo e, a nova maternidade, haveria de vir, dali a 15 ou 20 anos, mas na sua opinião, não iria haver maternidade nenhuma, porque não era suportável, porque não havia nenhum estudo, embora estivesse no Orçamento de Estado, construir a nova Maternidade de Coimbra, mas o Partido Socialista não tinha conseguido uma solução o que levava a que se perdesse aquele dinheiro;
- Terminou dizendo que não era crível que a Assembleia Municipal aprovasse um Novo Hospital Geral, ou seja, um hospital polivalente, terciário, sem haver um único estudo a nível nacional, que dissesse que fazia sentido para a Região Centro, haver 2 hospitais gerias em Coimbra, portanto, a responsabilidade era de quem tinha tomado a iniciativa e, o seu partido defendia que o Hospital dos Covões, deveria ter um conjunto de valências totalmente integradas no Hospital Universitário de Coimbra, afirmando no entanto, que estariam totalmente disponíveis para discutir o assunto.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 11:44a ,13:39 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse sentir-se profundamente ofendido com as apreciações demagógicas e inadequadas, feitas pelo deputado municipal Nuno Freitas que culpava a CDU a responsabilidade da inexistência de uma maternidade, não admitindo, que em relação ao posicionamento da CDU na Assembleia Municipal e/ou, a um qualquer deputado municipal, se arrogasse a comentar, a qualificar, a actividade política da CDU e dos comunistas, apelando à Assembleia Municipal para que aquela situação não voltasse a ser permitida.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 15:07 a 15:25 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Pediu a palavra para esclarecer que o Partido Socialista apenas tinha votado o conteúdo da mesma.

Declaração de voto do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 15:07 a 16:00 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que o Partido Socialista tinha sido claro no sentido de voto relativamente ao essencial da proposta da CDU, assim como, tinham sido claros, que não eram contra a fusão, nem contra a criação de Centros Hospitalares, pois existiam mais a nível do país.

Defesa da honra do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 17:49 a 19:31 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que o que tinham tentado explicitar, eram os pontos deliberativos e não, os pontos a montante, designadamente, o ponto sobre o Hospital Central dos Covões, a ideia de haver das três maternidades e a questão das alianças publico/privados;
- Terminou dizendo que o Partido Comunista Português tinha a ideia que o Serviço Nacional de Saúde era um dinheiro público, mas Lei Quadro da Saúde aprovada por unanimidade, dizia que o Serviço Nacional de Saúde tinha uma componente publico, privada e social.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 20:35 a 39:39 minutos da 3ª gravação\)](#)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita.

- Disse que iria tentar encaixar-se naquela Ordem de Trabalhos peculiar, uma vez que existia uma informação escrita do Presidente da Câmara, havia Moções e havia discussões;
- Mais disse, que para além da informação sobre a actividade municipal, indexada às actas de todas as decisões e distribuída a todos os deputados municipais, lembrou a celebração do dia 4 de Julho, dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

das “Festas da Cidade”, a realizar no Salão Nobre, com um vasto programa assim como, inauguração da “Feira Popular”, na União de Freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas, convidando todos para estar presentes nos eventos, que tinham em comum a matriz para uma boa candidatura de Coimbra e sua Região a “Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027”;

- Informou que tinha sido responsável para o acolhimento em Coimbra pelos “Usa Games”, um dos mais celebres encontro de jovens desportistas universitários e, as pessoas que tinham aceiteado aquele desafio, muito trabalhoso, eram pessoas merecedoras de reconhecimento, pedindo e esperando que todos chegassem a 2027, com energia, com saúde e com alegria, para que se organizasse bem “Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027”, reconhecendo que era necessário muito trabalho e muita tolerância para que fosse vencedora, portanto, era aquela a matriz de trabalho da Câmara Municipal;
- Quanto à “Cibersegurança”, informou que a Câmara Municipal tinha estado ausente, mas tinha sido a anfitriã do evento, existiam manuais e estava no site da Câmara Municipal, assumindo tudo aquilo que tinha dito achando esquisito, que alguém se atrevesse a dizer que “*por forma duvidas...*”, afirmando que tinha sido a 4ª edição a nível de serviços do estado e, a nível nacional que se realizava fora de Lisboa onde tinha estado presente;
- Referiu ainda, que tinha achado notável a intervenção da deputada municipal Filomena Girão, quando afirmou haver “*corrupção, populismo e outras coisas*”, não percebendo aquela intervenção, porque a escassos dias tinha tratado o Presidente da Câmara de forma indigna, miserável, desrespeitosa e criminosa, acusando-o de falsificador e não lhe admitia que falasse naqueles termos, pois aquelas injúrias seriam tratadas em local próprio;
- Informou que na próxima 2ª feira, iria ser lançada a primeira intervenção de requalificação do IP3, no perfil auto-estrada, eliminado assim as travessias antigas, como as de S. Martinho e da Ribeira, melhorando-as em termos de segurança e os seus acessos, mas os padrões tinham sido alcançados;
- Também estava prevista a empreitada de requalificação do Apeadeiro Velho, havia necessidade de agir com celeridade, esperando que fosse desenvolvido rapidamente, conjugado com a Metro Mondego, onde a Câmara Municipal também, era acionista e onde haviam problemas gravíssimos e era urgente actuar;
- Informou que tinha decorrido na parte da manhã a reunião do Comité de Acompanhamento do POSEUR, que era um projecto comunitário, que financiava aquele tipo de projectos. Estava em cima da mesa o projecto do Metro Mondego porque tinha sido chumbado pela Comissão Europeia, estando a Câmara Municipal a trabalhar, não esquecendo os moradores de até Serpins em articulação com o Sistema de Mobilidade do Mondego e a Ferrovia de modo a não deixar cair aquele projecto, com a determinação de que o centro da cidade, ficasse ligado através de uma linha paralela ao rio Mondego com ligação de Coimbra A, a Coimbra B, até aos hospitais;
- Quanto à localização de Penitenciária informou, que o projecto estava estudado, tinha sido assinado o acordo final para a instalação da nova Penitenciária, na Mata do Botão, mas ainda eram necessários mais trabalhos de modo a garantir condições de dignidade para as pessoas que ali permaneciam, condições de dignidade para as pessoas que ali trabalhavam, condições de segurança e, o caminho para a resolução daquele projecto era o Estado;
- Terminou dizendo que relativamente às CPCJ’S, a legislação estava a ser revista, estavam a ser equacionados os sistemas e dispositivos de controlo das responsabilidades, porque as crianças não eram entregues `s CPCJ’s, mas sim ao Estado, por isso, aquela matéria, era uma matéria muito rigorosa, sugerindo um Comité de Reflexão de modo a fazer cumprir as regras por se tratar de crianças afirmando, encontrar-se disponível para colaborar.

Debate

Intervenção da deputada Paula Alves (PSD): ([áudio 40:46 a48:05 minutos – 3ª gravação](#))



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que tinham ouvido com atenção a comunicação do Presidente da Câmara e tinham lido o documento que lhes tinha sido distribuído, com a síntese da atividade realizada e aparentemente concretizada, mas mais uma vez a bancada do PSD tinha ficado perplexa com o facto de existirem acções dispersas e que não correspondiam a planos estratégicos consistentes para as diversas matérias;
- Esperavam por soluções de mobilidade integrada que aproveitassem a capacidade instalada em matéria de transportes urbanos, enquanto se aguardava a solução preconizada, para o Metro de superfície;
- Sugeriu que se começasse por coisas muito simples e que muitos conimbricenses pediam, para facilitar a vida de todos os dias, tais como: Que a informação horária nos quadros eletrónicos das paragens dos autocarros, coincidissem ou, pelo menos se aproximasse, do horário real de circulação; Que a aquisição dos bilhetes e passes de autocarro pudesse ser feita para além dos horários existentes nos postos de venda da cidade, que em teoria funcionavam a partir das 7h30 até às 19h00, mas de uma forma geral e na prática, funcionavam das 9h00 às 17h00, por motivos diversos e que se prendiam com a lentidão e obsolescência dos sistemas, e que na sua maioria não funcionavam aos sábados;
- Perguntou se não seria já tempo de existirem máquinas de vendas e de carregamento automatizadas, intuitivas e que permitissem a aquisição ou a validação dos títulos de transporte, a qualquer hora, consoante a vontade e disponibilidade dos cidadãos?
- Mais disse que a mobilidade devia ser um sinónimo de qualidade de vida a todos os níveis. Os transportes públicos não eram, nem podiam ser concebidos, a pensar numa única utilização ou com o pressuposto, estigmatizante, de se destinarem a escalões sociais menos favorecidos e orientada para as necessidades básicas de deslocação para o trabalho, por quem mora muito longe ou não tem carro, porque o desempenho económico de qualquer cidade dependia, em grande parte, dos recursos colocados ao dispor dos cidadãos, sendo as infraestruturas de transportes cada vez mais, uma peça-chave, devendo ser encaradas como uma mais valia para o desenvolvimento, devendo constituir um fenómeno de crescimento, um factor de competitividade e, ao mesmo tempo, de combate à exclusão social, permitindo acessos rápidos e cómodos para todos, seja em contexto laboral, social ou de lazer;
- Disse ainda que seria relevante poder usar a tecnologia e os *smartphones* para ter conhecimento das soluções de mobilidade, seleccionando o autocarro urbano, combinando-o em tempo útil com o comboio, e/ou outro meio de transporte, numa resposta integrada e “friendly”, exemplificando a experiência de Viseu, naquela matéria, num programa que se denominava “Bus on demand”;
- Terminou afirmando que cabia ao executivo criar as soluções adequadas e criar um portefólio de soluções que descomplicassem a utilização da rede de transportes e deixasse o cidadão com mais tempo, para usufruir da sua cidade, da sua família e dos seus amigos.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio48:22 a 49:39 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Pediu a palavra para esclarecer o Presidente da Câmara relativamente à sua intervenção, sobre o tema Cibersegurança, disse saber que este tinha estado presente no dia 20 de Junho, mas o que tinha dito, não tinha sido aquilo, mas sim que ... “no dia 19, a Câmara tinha sido convidado para uma conferência internacional tecnológica, a “JNation”, e não tinha respondido nem tinha estado presente.

Intervenção da deputada Filomena Girão (SC): [\(áudio 50:13 a 52:42 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse ficar muito feliz pelo Presidente da Câmara não saber o que era “*corrupção*”, porque pessoalmente, garantia-lhe a sua convicção absoluta da sua seriedade;
- Disse ter falado de “*corrupção, nepotismo nos partidos e nas autarquias*” e apesar do Presidente da Câmara não saber o que era, infelizmente o país sabia, as populações sabiam e as políticas também, repetindo, que não queria a judicialização da política, queria a transparência, queria procedimentos dignos e éticos, queria que em caso de dúvidas, pudessem todos, com urbanidade, ver documentos, analisá-los exaustivamente, fossem eles, documentos preparatórios, actas, gravações de reuniões da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal, tudo em prol da democracia e também, em nome da ética e dignidade que aquele apregoava;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Mais disse que em nome daquela mesma dignidade e ética, lhe pedia, exigia, urbanidade.
- Reiterou tudo quanto tinha afirmado anteriormente por não ser seguramente desrespeitoso e muito menos criminoso;
- Quanto a eventuais crimes, disse que estava descansada, pois vivia-se em estado de direito com separação de poderes;
- Terminou afirmando, que ao Presidente da Câmara, apenas cabia o poder executivo, devendo deixar a justiça para quem a devia praticar, sendo que era contra a judicialização da política e contra a politização da justiça.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 53:18 a 55:38 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara informando-o que o Presidente da Câmara Municipal do Porto, tinha explicitado na semana anterior o porquê da Infarmed ter ido para o Porto, porque era estratégico para o país;
- Disse que Coimbra tinha o processo em mãos sobre a deslocalização e, particularmente e muito directo perguntou ao Presidente da Câmara, como estava a questão deslocalização do Tribunal Constitucional, do Instituto de Camões e da ADSE, pois eram três ministérios diferentes e de entidades diferentes, com enorme repercussão e de enorme valor para o país, questionando-o se o Município tinha tido “*feed back*” sobre aquelas matérias, se tencionava ter, se aquela matéria tinham interesse para o Presidente da Câmara e se faziam parte da sua agenda do ponto de vista dos próximos 3 anos.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 56:01 a 57:45 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que na apresentação da equipa responsável pela candidatura de Coimbra a “Capital Europeia da Cultura 2027”, tinham percebido duas coisas: a primeira era a clara mensagem política que ostensiva e intencionalmente tinha sido transmitida, e que tinham registado; a segunda tinha sido a também óbvia tentativa de passar a mensagem, de que se tratava de uma candidatura “*agregadora e inclusiva*”;
- Mais disse que sobre a equipa nada tinham a apontar, porque desconheciam o real critério subjacente às escolhas apresentadas, mas tinham registado dois aspetos fundamentais: o primeiro, era que a dimensão política se sobrepunha à dimensão técnica e cultural, assente em mérito amplamente reconhecido; o segundo, o reconhecimento de que afinal a única proposta séria que Coimbra tinha para constituir uma candidatura sólida a “*Capital Europeia da Cultura 2027*” era a da coligação “*Mais Coimbra*”, com a inclusão da Professora Cristina Robalo Cordeiro naquela equipa;
- Terminou dizendo, que o CDS-Coimbra estaria sempre colaborante e pela positiva, dando o benefício da dúvida, afirmando que se por agregador e inclusivo se entendesse uma conduta política que permitisse que, por exemplo, eventos como os “Encontros Mágicos” tivessem a possibilidade de comemorar o seu 21º aniversário, não importando os ciclos políticos, então acreditavam que podia ser possível incluir todos.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 58:08 a 59:59 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que apenas queria clarificar a posição colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cernache, que era extensível a todas os outros presidentes de juntas, pois entendiam que os poderes autárquicos das juntas de freguesias, eram poderes decorrentes do voto popular e eram essenciais que tivessem meios para concretizar os seus programas;
- Terminou apelando, em nome da CDU, que o diálogo entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal, fosse intensificado e concretizado de modo a que a Câmara Municipal tivesse uma posição consultiva junto das populações, alertando para as questões levantadas pelo deputado Municipal António Coelho, que no seu entender, teriam que ter resposta.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 00:21 a 01:00 minutos – 4ª gravação\)](#) [\(áudio impercetível\)](#)

- Questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre o reconhecimento das Repúblicas ...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 01:28 a 05:58 minutos – 4ª gravação\)](#) [\(audição imperceptível\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas informando-o que na próxima 2ª feira, iria ser lançada a primeira intervenção de requalificação do IP3;
- Quanto ao Metro Mondego
- Relativamente à Maternidade

Respostas do Presidente da Câmara;

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 06:21 a 20:10 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Sobre os transportes públicos informou que a bilhética integrada estava em instalação, havia mais oito autocarros eléctricos e tinham sido recuperados os Troleys;
- Mais disse que estava em plena segurança o simulador dos SMTUC que estava estragado, portanto o dispositivo tinha sido desenvolvido para esse fim;
- Relativamente à Cibersegurança disse que estava presente em todos os eventos onde a Câmara Municipal participava;
- Sobre o aeroporto de Lisboa e do Porto e, após vários estudos, disse que se poderia afirmar que aqueles se encontravam saturados pelo que se justificava a construção de um novo aeroporto em Coimbra e deveria ser visto, como um contributo para Coimbra, para a região e para o país;
- Informou ainda, que sobre as repúblicas, na próxima reunião de câmara, iriam ser dados mais pareceres positivos

2. Autorização para celebração dos Acordos de Execução de Delegação de Competências nas Freguesias/Uniões para 2018 a 2021;

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 21:37 da 4ª gravação a 01:48 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse, que ao contrário de 2013, já tinha recebido algum dinheiro, mas mesmo assim não chegava porque as despesas eram muitas;
- Criticou a CDU por ter votado favoravelmente o último orçamento dizendo que se houvesse fogos, os caminhos da sua freguesia estivessem como estava por não ter dinheiro para os arranjar, responsabilizaria o Presidente da Câmara Municipal.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 02:05 a 03:46 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que as juntas freguesias eram os órgãos de poder mais próximos das populações, sendo indiscutível a sua importância;
- Informou que eram conhecidas as dificuldades do trabalho desenvolvido pelos seus presidentes e respectivos executivos, devido à restrição de meio, em especial as financeiras;
- Afirmou, que respeitando as freguesias e os seus autarcas, era respeitar as populações o que todos concordariam, porque, não era justo era pedir que as juntas cumprissem, quando não havia meios, assim como, não era justo, que a Câmara Municipal disponibilizasse valores abaixo dos preços de mercado, praticados para serviços, por falta de meios humanos,
- Terminou dizendo que cabia a cada um dos presidentes de junta, voltarem a fazer ouvir a sua voz de modo a haver mais meios para desenvolver as tarefas que lhes tinham sido confiadas, junto do Executivo Camarário.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 04:21 a 07:34 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que os protocolos de delegação de competências estavam ultrapassados, porque o dinheiro para as juntas de freguesias não chegava nem para pagar os salários dos trabalhadores da junta, quanto mais para fazer obras;
- Terminou, perguntado ao Presidente da Câmara e, uma vez que as juntas recebiam 3% do orçamento para que existiam em cofre, 38 milhões?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 08:10 a 31:56 – 5ª gravação\)](#)

- Informou que quando um grupo político votava contra, tinha sempre um impacto político, significada que não haveria transferência de verbas para as juntas e aquelas teriam até que devolver as mesmas e era por aquele motivo que a CDU tinha votado a favor, em Executivo Camarário, por ser uma razão objectiva, que tinha a ver com a necessidade que as juntas de freguesias tinham de dispor de meios para poder fazer as suas acções junto das populações, era uma questão de responsabilidade;
- Disse, que era importante para a CDU, para além das dotações financeiras das juntas, fossem também elas, providas dos meios humanos e materiais e ali a Câmara Municipal teria de ouvir as juntas de modo a que as juntas pudessem trabalhar;
- Terminou dizendo, que votariam a favor, mas sem nunca abdicar da luta que vinham a encetar ao longo de muitos anos.

Deliberação nº 13/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 23 Abril, deliberou, por *unanimidade*, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, 12 de Setembro, *aprovar*, a **Autorização para a celebração dos Acordos de Execução de Delegação de Competências nas Freguesias/Uniões, para 2018 a 2021.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 33:58 a 34:01 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que estavam ali para colaborar.

Declaração de voto do deputado municipal José Simão (SC): [\(áudio 34:44 a 05:08 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Disse que estavam a votar para 4 anos, para 2018 a 2021 e não, para 1 ano.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 35:19 a 35:26 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Perguntou ao Presidente da Assembleia Municipal se as declarações de voto anteriores eram sobre a natureza dos votos em causa ou, se eram sobre o voto da CDU.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 35:54 a 35:58 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que tinha interpretado as declarações de voto, como declarações de voto sobre a matéria em questão.

3. Autorização para celebração do Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas relativa aos apoios à realização da “Feira Popular de Coimbra/Santa Clara 2018”;

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 37:08 a 38:22 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou o deputado Pinto Ângelo, que na aprovação da minuta do contrato interadministrativo na sua junta o único membro da CDU tinha votado contra, por isso, a CDU não andava muito coerente;
- Terminou dizendo, que quanto à “Feira Popular de Coimbra”, o Presidente da Câmara, tinha comprado a sua “galinha de ovos de ouro”, por pouco dinheiro e, por isso, nunca mais iria ter “ovos de ouro”.

Intervenção do deputado municipal João Aldeia (SC): [\(áudio 39:57 a 40:59 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse se perguntassem ao cidadão João Aldeia se concordava com a medida de não pagar para entrar na Feira Popular, concordava, mas se perguntassem ao deputado João Aldeia punha algumas dúvidas porque não sabia, até que ponto era comprar uma bilheteira, ou se era uma compensação, porque, se fossem uma compensação, perguntava como é que tinha sido negociada com a Junta de Freguesia e, qual era o critério ;
- Terminou dizendo que com aquelas dúvidas, o seu partido não poderia de modo nenhum, aprovar aquela medida da Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 14/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 24 de Maio deliberou, *por maioria*, com 44 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções, nos termos da alínea j), do nº 1 e alínea k), do nº 2 do Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar*, a **Autorização para celebração do Contrato Interadministrativo com a União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas relativa aos apoios à realização da “Feira Popular de Coimbra/Santa Clara 2018”**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (SC): [\(áudio 41:43 a 42:29 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que em relação à proposta anteriormente votada, eram de opinião que aquela iniciativa deveria passar a integrar as “Festas da Cidade” com a dignidade e deferida pela Câmara Municipal de Coimbra de forma a regularizar aquela compensação.

Declaração de voto do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 42:52 a 43:56 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que o seu voto tinha sido a favor e era de opinião que a Câmara Municipal deveria apoiar aquelas iniciativas, mas entendia que havia mais Uniões de Freguesias e freguesias a desempenhar um papel bastante activo no que concernia na preservação dos seus usos e costumes, tradições, nomeadamente, o artesanato e a gastronomia, fazendo com que as colectividades e associações pudessem retirar algo que os pudessem ajudar nas suas actividades;
- Terminou solicitando ao Presidente da Câmara Municipal, que pudesse ter uma palavra, que pudessem olhar para aquilo que as freguesias desenvolviam naquele âmbito e naquele ramo.

4. Mapa de Pessoal de 2018 – Proposta de Alteração;

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS-PP): [\(áudio 45:27 a 49:05 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que da análise da Lei nº 112 de 2017 de 29 de Dezembro, que sustentava a alteração proposta ao mapa de pessoal, verificava que a mesma tinha sido concebida para integrar pessoas precárias, sendo a abertura de lugares de quadro uma decorrência do exercício de determinada função, por uma ou mais pessoas, durante um período de tempo, mas de acordo com a Lei Geral do Trabalho, esse tempo era de 3 anos, mantendo-se a pessoa;
- Porém, na lei dos precários como era habitualmente designada, para além de não estipular o tempo necessário à abertura de lugar no quadro, bastava que o trabalhador tivesse exercido a função uns dias, ali, entre 1 de Janeiro e 4 de Maio de 2017, para poder concorrer ao lugar de quadro;
- Ora, visando a Lei nº 112/2017 a integração de pessoas, que exerceram uma função específica, função, essa, que originava a abertura de um lugar de quadro para o exercício permanente desse trabalho, não compreendiam que se abrisse lugares de quadro novos, porque não existia fundamento para a respectiva criação, pelo menos ao abrigo daquela lei, que não visa directamente a criação de lugares, mas sim a integração de pessoas que, por terem sido continuamente necessárias para executar determinada função, conferiram a essa função um carácter de necessidade permanente;
- Terminou dizendo que não questionavam a necessidade de novos recursos humanos, questionavam apenas se a supressão daquela necessidade, podia ser feita através da lei dos precários, porque na verdade, se tratava de funções não antes executadas por pessoas às quais se destinava a Lei nº 112/2017, perguntando, quem podia, então, concorrer àqueles lugares e quais eram os critérios?

Intervenção do deputado municipal José Albino (SC): [\(áudio 49:26 a 50:23 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que o Movimento Somos Coimbra subscrevia genericamente as palavras da deputada municipal Helena Mendes acrescentado apenas, que eventualmente, aquela medida poderia remeter para uma questão de oportunidade de empregabilidade e de justiça social, por isso, sentia que não estavam reunidas as condições para um voto favorável daquela proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 50:57 a 54:33 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse ter ficado surpreendido com as posições tomadas bem como as dúvidas dos Vereadores Paulo Leitão e José Silvado sobre a proposta de alteração do Mapa de Pessoal de 2018, por se tratar de um Executivo Camarário, portanto, teria de se cumprir a lei da república, achando que não haveria outra forma senão reconhecer, que tinha sido com o apoio da ANMP ter estendido às autarquias locais portanto, a Assembleia Municipal, não poderia ter outra atitude senão rectificar a aprovar aquela proposta;
- Terminou dirigindo-se à deputada municipal Helena Mendes, informando-a que o período de abrangência da Lei no seu artº 3º, no âmbito da aplicação da avaliação extraordinário, mas como sabia, na Câmara Municipal, tinha havido muitos estágios do PEPAL, por isso entendia, que não se poderia penalizar algo que era de justiça social e por isso, apelou ao voto favorável da proposta.

Intervenção da deputada municipal Carolina Patrício (PSD): [\(áudio 54:58 a 56:52 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que por diversas vezes, naquela Assembleia Municipal, tinha intervindo em nome da sua geração e como fazia parte de um grupo de jovens, com contratos precários e de uma geração, que estava a pagar as consequências das más políticas do passado, permitia-lhe afirmar que todos os cidadãos tinham direito a condições contratuais de trabalhos dignas, a regularização daqueles contratos não poderia ser feita a qualquer custo, porque quando anteriormente tinha sido apresentado na Assembleia Municipal o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Coimbra, aqueles elementos, já colaboravam com algumas divisões da Câmara Municipal de Coimbra, contudo, na altura, não existia o rigor de os incluir como necessidades permanentes e, o Executivo defendia agora, argumentando que aquelas necessidades tinham sido verificadas apenas durante o corrente ano, nomeadamente o encarregado da protecção de dados;
- Disse não perceber aquele argumento, porque, se no ano anterior, era público o RGPD, porque só agora o Executivo o estava a assinalar?
- Terminou informando que por todas as razões, o PSD iria votar contra.

Deliberação nº 15/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 24 de Maio, deliberou, por *maioria*, com 28 votos a favor, 16 voto contra e 3 abstenções, nos termos da alínea o), do nº 1 Artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar*, a **Proposta de Alteração do Mapa de Pessoal de 2018**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 58:10 da 5ª gravação a 00:14 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse, que à CDU, não satisfazia aquela resolução do problema de contratação de pessoal por ser um expediente, que juridicamente se tinha de encontrar para responder às necessidades dos serviços, tendo em consideração as pessoas que já exerciam aquelas funções e que estavam limitadas no ingresso na administração pública, por legislação, que vinha de governos anteriores, era aquilo que estava em causa;
- Terminou afirmando que iriam votar favoravelmente aquela medida por ser uma forma de atenuar a responsabilidade dos últimos governos do país

Declaração de voto do deputado municipal Nuno Freitas (SC): [\(áudio 00:21 a 03:26 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse, que não aceitavam que o deputado municipal Pinto Ângelo, estivesse acima de qualquer outro deputado municipal e que comentasse qualquer intervenção do PSD, reservando-se o direito de defender o nome e a bancada do PSD, sem o comentário sectária daquele deputado municipal;
- Terminou pedindo ao Presidente da Assembleia Municipal que não permitisse, aquele tipo de intervenções, porque a deputada municipal Carolina Patrício apenas tinha justificado a intensão do voto contra do PSD.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

5. Águas de Coimbra, E.M.

- **Relatório e Contas de 2017;**
- **Renovação do mandato do ROC;**

Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT): [\(áudio 04:32 a 05:53 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que a Empresa Municipal Águas de Coimbra tinha obtido em 2017 um resultado líquido de 2 Milhões de Euros e na perspectiva do Movimento Partido da Terra os recursos básicos essenciais não podiam ser encarados como oportunidades de negócio e os cidadãos não podiam ser considerados potenciais cliente, por isso entendia que deveria haver rigor na gestão dos bens comuns e especialmente na gestão daquele bem tão precioso;
- Mais disse, que tinham registado com agrado que a empresa Águas de Coimbra fosse sustentável do ponto de vista financeiro, mas pensavam que aquele excedente de 2 milhões de euros poderia ser aplicado em mais investimentos, nomeadamente, no serviço de saneamento de águas residuais e numa redução dos tarifários cobrados aos cidadãos de Coimbra, principalmente aos mais desfavorecidos.
- Terminou afirmando que defendiam uma visão humanista e solidária na gestão daquela empresa, em vez de uma visão meramente mercantilista e economicista e opunham-se a toda e qualquer tentativa de privatização deste sector.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 06:01 a 06:08 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Informou que o Partido Socialista tinha baixado o preço da água.

Deliberação nº 16/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 7 de Maio, deliberou, por *unanimidade*, nos termos do nº 3, do artº 26º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, *aprovar*, a **Renovação do mandato do ROC – Revisor Oficial de Contas, das Águas de Coimbra, E.M.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Nomeação do ROC do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

Deliberação nº 17/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 7 de Maio, deliberou, por *unanimidade*, nos termos do nº 1, do artº 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, *aprovar*, a **Nomeação do ROC – Revisor Oficial de Contas, do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2017 do Município de Coimbra, nos termos da alínea l), do nº 2 do artº 25º, Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;

Deliberação nº 18/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 18 de Junho, deliberou, *por maioria*, com 45 votos a favor e 3 abstenções, nos termos da alínea l), do nº 2 do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar*, os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do exercício de 2017 do Município de Coimbra.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Autorização para abertura de concurso público para concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração do Complexo Desportivo integrado e Centro Olímpico de Ginástica;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 09:26 a 11: 52 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que, em conceito, eram de louvar iniciativas que promovessem a prática desportiva regular, enquanto factor determinante para a qualidade de vida dos cidadãos, mas entendiam ser indispensável alertar para alguns factores que os preocupavam, nomeadamente, a urgência do processo, as condições em que o negócio iria decorrer e a evidente falha na manutenção do parque desportivo actual;
- Consideravam por isso essencial, para que a bancada do CDS pudesse votar de forma informada, fazer um conjunto de perguntas, nomeadamente se: tinha sido efectuado algum estudo que sustentasse a necessidade de mais piscinas no município e que medisse o impacto que aquela piscina iria ter no número de utilizadores das piscinas municipais; se já estava definido o modelo de gestão para o Centro Olímpico de Ginástica e quem iriam ser os seus?
- Terminou afirmando que sem respostas concretas àquelas perguntas, seriam forçados a votar contra por considerarem que o processo não tinha sido instruído com a transparência necessária.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 12:22 a 15:54 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que talvez pudesse ser útil informar, que o futuro do Complexo Desportivo integrado e Centro Olímpico de Ginástica se esperava que viesse a ser um equipamento, que permitisse a competição e o aumento da performance de forma técnica, trazendo benefício para os cidadãos, principalmente no desenvolvimento do corpo e bem-estar;
- Terminou afirmando que com um estilo de vida saudável, bem-estar e exercício físico, poder-se-ia obter uma diminuição de riscos de várias doenças e, por isso votariam favoravelmente a concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração do Complexo Desportivo integrado e Centro Olímpico de Ginástica;

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 16:13 a 18:59 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que subscreviam grande parte da intervenção da deputada municipal do CDS, por considerarem que se deveria valorizar inteiramente a preocupação com a saúde dos cidadãos, bem como, a criação de estruturas de treino para atletas de alta competição, mas tinham algumas dúvidas quanto à proposta, nomeadamente, a explicitação o lugar do equipamento e de um plano desportivo que cumprisse as duas funções enunciadas no documento, uma, a função do desporto para todos, sendo que a cedência a privados daquele terreno para construção do equipamento não significava garantia de acesso;
- Mais disse, havia alguma confusão entre ginástica do ponto de vista da saúde e a ginástica do ponto de vista de disciplina olímpica e na sua opinião, a sua utilização tinha que ser favorável a todos;
- Terminou informando, que uma vez que as questões colocadas não estavam respondidas na documentação disponibilizada, aconselhava a que o documento fosse melhor estruturado para melhor elucidação porque, tal como estava, não lhes permitia votar favoravelmente.

Intervenção da deputada municipal Clara Lourenço (CpC): [\(áudio 19:20 a 22:57 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Informou que a posição do CpC se aproximava da posição explanada pelo deputado municipal Manuel Rocha, nomeadamente, o exercício físico e a abertura à população em geral daquele equipamento, mas achavam, que no documento, aquela questão não estava assegurada uma vez que o equipamento iria antes de mais permitir que privados fossem explorar aquele equipamento;
- Relativamente ao Pavilhão Olímpico de Ginástica entendia, que era a grande necessidade em Coimbra, porque a ginástica em Coimbra, tinha uma expressão prática, superior a nível nacional, existiam vários clubes que praticavam a modalidade, mas não havia equipamento desportivo, devendo a Câmara Municipal apoiar e responder àquela prática desportiva e, por isso, não poderiam votar favoravelmente.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 23:09 a 28:28 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Hernâni Caniço dizendo-lhe que tinha prestado muita atenção ao que tinha dito, mas independentemente do processo, não concordavam com o modelo do ponto de vista de fomento ou apoio à formação de atletas, porque era uma modalidade que tinha uma grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

adesão no concelho e de grande qualidade, julgava útil, que houvesse um pavilhão dedicado à ginástica que permitisse do ponto de vista funcional, a utilização por várias entidades simultaneamente e, em condições claras, mas entendia que aquele espaço deveria ser municipal, construído num terreno municipal, com um programa municipal, recorrendo inclusivamente ao Programa 2020;

- Terminou dirigindo-se ao Vereador Carlos Cidade afirmando que reconheciam o seu empenho, e por isso teria o seu apoio para a construção de um Pavilhão Olímpico de Ginástica.

Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS): [\(áudio 28:38 a 28:47 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas dizendo-lhe que tinha ficado surpreendido com a sua intervenção de esquerda.

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Carlos Cidade: [\(áudio 29:36 a 36:36 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Agradeceu ao Presidente da Câmara por lhe ter dado a palavra de modo a poder esclarecer as dúvidas que tinham sido colocadas e, dirigindo-se ao deputado municipal Nuno Freitas informou que como todos deveriam saber, infelizmente, no Programa 2020, não havia qualquer tipo de apoio para equipamentos desportivos;
- Mais disse, que seria aquela a oportunidade de afectar ao orçamento municipal de um investimento daquela natureza, no mínimo de 1 milhão de euros, que incluía, não só o pavilhão, mas também todo o seu equipamento necessário à prática de ginástica;
- Disse que tinha feito uma prospeção pelo país, destacando o Município de Lisboa e o Município de Setúbal, neste último município, tinha feito uma reunião com a Presidente da Câmara que tinha tido gentileza de lhe fornecer a proposta, o caderno de encargos e o programa de fornecimento que tinha sido avaliado pelos serviços, tendo verificado que em Coimbra havia mais “*amarras*” que no Município de Setúbal, mas era praticamente igual e, a questão, era muito simples, o terreno estava no Plano Director Municipal como “*equipamento*”;
- Relativamente à modalidade reforçou, que haveria no concelho cerca de 800 atletas de ginástica acrobática e desportiva, um deles com a maioria dos atletas, que funcionava em condições muito deficitárias, mas com a gentileza, a ajuda e o apoio do Presidente da Junta, Jorge Veloso, os atletas treinavam no Centro Social da Ribeira de Frades, o Afro-Gyn, treinava no José Falcão, o Norton de Matos, estava a utilizar o Pavilhão Municipal Mário Mexia, por isso, havia ali uma necessidade urgente de resolver aquele problema;
- Informou ainda, que o Pavilhão seria entregue imediatamente à Câmara, após a sua construção, portanto, era um pavilhão de gestão municipal, achando que era uma oportunidade que não deveria ser desperdiçada, a bem de Coimbra e das crianças e jovens.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 36:58 a 37:27 minutos – 6ª gravação\)](#) – **(audição impercetível)**

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 37:30 a 37:27 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Perguntou ao deputado municipal Manuel Rocha se era uma proposta, porque se assim fosse, teria que a colocar a votação;
- Não havendo consenso por parte da Câmara Municipal, passou à votação.

Deliberação nº 19/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 18 de Junho, deliberou, por *maioria*, com 27 votos a favor, 17 votos contra e 3 abstenções, nos termos da alínea p), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, *aprovar, a Autorização para abertura de concurso público para concessão de exploração de um terreno municipal para a construção e exploração do Complexo Desportivo integrado e Centro Olímpico de Ginástica.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

9. Isenção do IMI e do IMT, ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, relativo aos prédios sítos na Rua do Cabido, nºs 19 e 21 e Travessa do Cabido, nºs 1 e 1-A da União das Freguesias de Coimbra;

Deliberação nº 20/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 4 de Junho, deliberou, por *unanimidade*, ao abrigo nº 7 do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na sua redacção actual, *aprovar*, a **Isenção do IMI e do IMT**, pelo período de *cinco anos* com início em 2016 e término em 2020, relativo aos prédios sítos na **Rua do Cabido, nºs 19 e 21 e Travessa do Cabido, nºs 1 e 1-A da União das Freguesias de Coimbra**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de Coimbra, apreciação e votação nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT): [\(áudio 04:32 a 05:53 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que após os incêndios de 2017, o paradigma vigente na prevenção de incêndios era, que era preciso limpar e cortar tudo a eito e por medo das coimas e ignorância, tinham sido abatidas árvores em sítios completamente disparatados;
- Assim, o Movimento Partido da Terra gostava de alertar para as consequências das chamadas "*limpezas florestais*" e, citando o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, numa entrevista que tinha dado à Visão, em 2003, sobre a "*A limpeza da floresta é um mito*", disse que os cobertos vegetais eram fundamentais para a retenção de água no solo, para evitar o aluimento de terras e tinha funções ecológicas muito importantes, por isso, era criminoso cortar árvores e arbustos, especialmente quando as aves começavam a construir os seus ninhos;
- Terminou dizendo, que um combate a sério aos incêndios no concelho de Coimbra deveria começar por alterar o tipo de povoamento florestal, substituindo as monoculturas de pinheiros e eucaliptos, por uma floresta mais sustentável e resiliente ao fogo e, mais diversa.

Deliberação nº 21/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 29 de Junho, deliberou, por *unanimidade*, nos termos da alínea h), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, *aprovar*, o **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Coimbra**.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

11. SMTUC – Autorização para compromissos plurianuais – Aquisição de autocarros elétricos/POSEUR;

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal: [\(áudio 44:20 a 48:42 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Informou que a proposta de autorizar para integrar o plano plurianuais era uma questão muito importante que o levava a partilhar de uma preocupação que decorria do Tribunal de Contas de estar a alterar o regime até então em vigor, pois exigia, que se fizesse prova do Plano Plurianual em época real, para aquele tipo de investimento;
- Mais disse que a Câmara Municipal tinha aprovado no seu plano de actividades o lançamento do concurso para a aquisição de 8 autocarros, tinha obtido financiamento, Portugal 202/POSEUR, através do tudo aquilo tinha prazos fixados e tudo tinha sido aprovado, mas aquilo que era suposto estar operacional em Janeiro/Fevereiro, porque o prazo era de 9 meses, acabava por não se saber quanto tempo iria levar o Tribunal de Contas a dar o visto e em consequência, o processo iria passar para o ano económico de 2020, criando uma situação muito difícil de gerir, que tornava mais complicada a prática no caso concreto uma vez que não havendo visto do Tribunal de Contas não se poderia dar ordem ao fabricante para o seu fabrico;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou informando que tinha acabado de chegar às suas mãos uma notificação, sobre os muros da Beira Rio o que o levaria, provavelmente, a pedir a marcação de uma assembleia municipal extraordinária, porque se se perdessem 3 meses, pois a próxima assembleia ordinária só seria em Setembro e, porque era necessário haver uma autorização específica, para aquele específico investimento, com dotação.

Deliberação nº 22/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 29 de Junho, deliberou, por *unanimidade*, nos termos da alínea c) do nº 1, do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e artº 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, aprovar, **a Autorização para Compromissos Plurianuais/Aquisição de Autocarros Elétricos/POSEUR.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.